

50

47 ABRIL
ANOS

50

MINISTÉRIO
DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL



50 anos de políticas de emprego
e formação profissional



REPÚBLICA
PORTUGUESA

TRABALHO, SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL

Índice

50 anos de políticas de emprego e formação profissional	5
Origens.....	6
Afirmação.....	8
Expansão.....	10
Integração.....	12
Viragem.....	14
Participação.....	16
Pandemia e recuperação	18
Mensagem da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social	21



50 anos de políticas de emprego e formação profissional

Celebrar os 50 anos do 25 de Abril, para além da evocação da data histórica da transição para a Democracia, é também pretexto para lembrar todo o caminho feito pelo País nas várias áreas das políticas públicas e para olhar mais longe e mais além, adivinhando o futuro.

Passado o turbulento período inicial, com a nova Constituição de 1976 e os Governos constitucionais, a jovem democracia afirmava-se, procurando acertar o passo com a Europa.

Juntar num só organismo a execução das políticas públicas na área do emprego, da formação profissional e da reabilitação, até então dispersas, fez parte desse grande esforço de mudança. Assim nasceu, em 1979, o Instituto do Emprego e Formação Profissional, dando sequência, de forma integrada, e com novo fôlego, às dinâmicas instituídas na década de sessenta e setenta. O IEFP é, pois, um filho do 25 de Abril.

Desde a sua fundação o Instituto tem feito a diferença na vida das pessoas. Na procura de emprego, na formação profissional, no apoio às empresas, na orientação profissional, no apoio à criação de emprego, nos estágios e outros programas, na reabilitação profissional, na ocupação dos desempregados, no artesanato, no desenvolvimento local e regional... Sempre a pensar nas pessoas, sempre a servir o interesse público.

Assente nos principais marcos da vida do IEFP, encontramos sequencialmente os painéis que refletem as origens, a afirmação, a expansão, a integração, a viragem, a participação, a pandemia e a recuperação, que percorrem os últimos 50 anos. Os painéis prolongam-se no site do Instituto, onde se encontram textos e fotos que complementam esta memória, numa recolha que se quer aberta e em construção.

Finalmente o futuro. Não sabemos, ninguém sabe como será o trabalho no futuro. Apenas intuímos os seus contornos, sabendo que a incerteza domina. Porém, uma coisa é certa: as pessoas são e serão sempre o mais importante.

E será para as pessoas, para os cidadãos e cidadãs deste País, que o Instituto vai continuar a trabalhar, porque as pessoas são a sua razão de existir. Cumprindo um Abril de esperança e um Portugal mais justo, mais solidário e mais feliz.

O Conselho Diretivo do IEFP, IP

Origens 1960/1979



Curso de escriturárias-datilógrafas,
Centro de Formação Profissional Acelerada nº. 2, Porto, 1971.
Autor não identificado.

Para
saber
mais



Portugal chega ao início dos anos 60 sem um serviço público de emprego e formação profissional, num tempo em que as organizações internacionais de que o País era membro (OIT, EFTA, OECE, depois OCDE) já há muito defendiam a importância da ação pública nestes domínios. Internamente, a migração da população rural para as cidades, a rápida industrialização e o crescimento económico, a pressão exercida pela emigração e pelas guerras coloniais, impunham uma política de desenvolvimento da mão-de-obra que respondesse às necessidades do mercado de trabalho.

Sucessivamente, surgem o **Fundo de Desenvolvimento da Mão-de-Obra (1962)**, o **Instituto de Formação Profissional Acelerada (1962)**, o **Centro Nacional de Formação de Monitores (1965)** e o **Serviço Nacional de Emprego (1965)**, no quadro do então Ministério das Corporações e Previdência Social. Com a introdução de algumas mudanças institucionais e organizativas ao longo da década, ficaram estabelecidos os pilares sobre os quais irá estruturar-se o serviço público de emprego e formação profissional, integrando atribuições como a informação e orientação profissional de jovens e adultos, a promoção da mobilidade geográfica e profissional, o ajustamento entre a oferta e a procura de emprego, a reconversão profissional, a promoção profissional do pessoal indiferenciado, a reabilitação profissional das pessoas com deficiência e a formação de formadores.

No terreno, surgem os **primeiros centros de formação de iniciativa e responsabilidade estatal** (em 1965 o n.º 1 em Lisboa – Xabregas; em 1968, os centros da Venda Nova – Amadora e o do Tramagal; em 1969, o do Porto e o do Seixal; em 1971, Guarda, Alverca, Porto-Ramalde, Aljustrel e Rio Meão; em 1973,

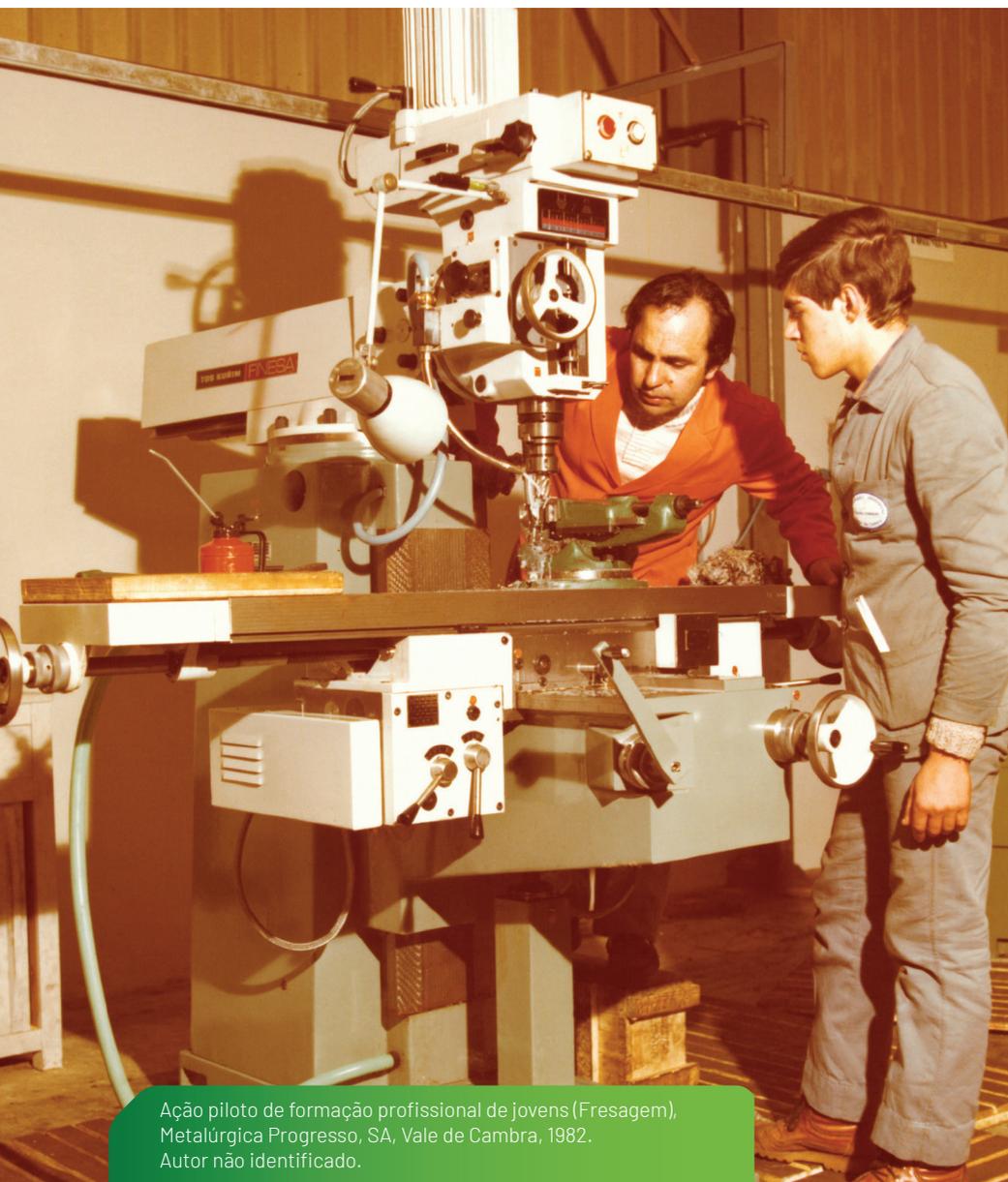
Coimbra e, em 1974, o Centro de Reabilitação Profissional de Alcoitão), e os **centros de formação em cooperação com entidades corporativas**, como os da indústria da madeira, do calçado, das pescas, do turismo, das indústrias elétricas e o dos caminhos de ferro. **A rede avançava lentamente**, não garantindo ainda a cobertura de todo o país, nem de todas as áreas e chegando a poucos formandos face às necessidades de qualificação.

Neste período, surgem **os primeiros centros de colocação, para apoio aos desempregados e às entidades patronais**, também com competências nas áreas da orientação profissional e da mobilidade da mão-de-obra e emigração.

Ainda em 1973, o Ministério muda de designação, passando a Ministério das Corporações e Segurança Social, uma mudança que trazia uma nova perspetiva de atuação, designadamente sobre a intervenção do Estado nas questões sociais.

Com o **25 de Abril** e o primeiro Governo Provisório nasce o Ministério do Trabalho, no âmbito do qual continuaram a operar as várias entidades que se dedicavam às políticas públicas na área do emprego e formação profissional. Marcadas pelos princípios do Governo que inaugurava um tempo novo, competia-lhes contribuir para a adoção de “uma nova política social que, em todos os domínios, tenha como objetivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade de vida de todos os portugueses”.

Afirmação 1979/1985



Ação piloto de formação profissional de jovens (Fresagem),
Metalúrgica Progresso, SA, Vale de Cambra, 1982.
Autor não identificado.

Para
saber
mais



A multiplicidade de organismos com competências nos domínios do emprego e da formação profissional, que vinham da década anterior, deram origem ao **Instituto do Emprego e Formação Profissional (IEFP) no ano de 1979**. A sua primeira lei orgânica (1982), refletindo preocupações de cooperação tripartida com os parceiros sociais e de modernidade da sua gestão e organização desconcentrada, consagrava o Instituto como **principal executor das políticas públicas de emprego, formação e reabilitação profissional**, com um vasto leque de atribuições.

Em 1985 é publicado o **novo Estatuto do IEFP**, que reforça a sua flexibilidade e eficácia e a independência dos seus trabalhadores (obrigação que decorria da ratificação da convenção n.º 88 da OIT), consolida a desconcentração da gestão, e institui a **gestão tripartida, com representação dos parceiros sociais** nos órgãos de consulta e de administração do Instituto.

A preparação da **adesão à CEE**, que ocorreria em **1986**, trouxe os primeiros fundos comunitários, as ajudas de pré-adesão, que impulsionaram o desenvolvimento da atividade do Instituto. Datam deste período as experiências iniciais da formação em alternância, que dariam lugar ao **Programa Aprendizagem**, criado em 1984. A **Formação em Cooperação** (1985) vem instituir o apoio técnico, pedagógico e financeiro a entidades dos sectores público, cooperativo ou privado que desenvolvam ações de formação profissional, abrindo igualmente as portas à **criação da rede de centros de gestão participada**.

Na área do emprego, define-se o **conceito de promoção do emprego** (1980), que se concretiza nas áreas de criação, manutenção e recuperação de postos de trabalho, apoio a cooperativas e a empresas em situação económica difícil, e ainda apoio ao artesanato, na perspetiva do emprego, regulando-se os princípios e condições dos apoios financeiros e técnicos a prestar.

Já na **área da reabilitação**, resposta complementar à do sistema educativo e de ação social, cria-se um **conjunto de medidas incentivadoras do emprego de pessoas com deficiência** (1980), com concessão de apoios para instalação por conta própria, compensações às empresas e para adaptação de postos de trabalho e eliminação de barreiras arquitetónicas.

Entre 1979 e 1985, o **IEFP afirmou-se e consolidou o seu papel na sociedade portuguesa**, cumprindo a sua missão de serviço público de emprego e formação, chegando a muitos pontos do país através da criação dos centros de emprego, de formação, de reabilitação e, posteriormente, com a expansão dos centros de formação de gestão participada.

Expansão 1986/1995



Atendimento e Livre Serviço para o Emprego,
Centro de Emprego de Benfca - Lisboa, 1994.
Fotografia de José Carlos García, GCRE.

Para
saber
mais



Consolidada a sua estrutura (1985) e definido o seu papel na sociedade portuguesa, o IEFP assistiu nesta década a uma **expansão sem precedentes, fruto da adesão à CEE e da contribuição dos fundos comunitários**, de que foi grande beneficiário e executor, mas também gestor de parte significativa dos programas operacionais de então.

No plano da Formação Profissional, desenha-se o quadro legal do sistema, regulando-se a formação inserida no sistema educativo e no mercado de emprego (1991) e estabelecendo-se a sua certificação profissional (1992). A formação profissional, inicial ou contínua, é considerada o processo global e permanente através do qual jovens e adultos se preparam para uma atividade profissional pela aquisição e desenvolvimento de competências, atitudes e comportamentos adequados, podendo ser realizada por empresas, centros de formação e outras entidades empregadoras ou formadoras. Inovando métodos face à “velha” formação profissional acelerada, preconiza-se a **flexibilização da formação** (formação sequencial) e a **sua modularização** (unidades capitalizáveis), bem como a **definição de perfis de formação que correspondam a perfis profissionais**.

No terreno, assiste-se a um reforço do processo de formação profissional em Portugal, com o progressivo **alargamento a todo o país da rede de centros do IEFP e dos centros de gestão participada**, sinal do reconhecimento por parte do Estado do papel dos parceiros sociais e das associações setoriais na qualificação da população ativa. Na retaguarda deste processo encontramos um incremento notável da **formação de formadores**, a par de programas de **formação de chefias e quadros**, que foram desenvolvidos em todo o país.

No que toca à **Reabilitação**, neste período vive-se uma aproximação ao modelo de formação profissional desenvolvido no sistema regular que privilegiou a **formação profissional enquanto etapa estruturante do percurso de transição entre a escola e o mercado de trabalho**, complementado por apoios à integração no mercado normal de trabalho, apoio à criação do próprio emprego, emprego protegido e a formação de técnicos, determinante para apoiar o processo de mudança.

Na área do **Emprego**, reforça-se o **papel do IEFP no ajustamento entre a oferta e a procura no mercado de trabalho e sedimentam-se os programas de emprego**, dos quais se destacam: os programas ocupacionais para desempregados (em trabalho socialmente necessário), a partir de 1985; o programa Iniciativas Locais de Emprego (ILE) (1986), destinado à concessão de apoios a projetos geradores de emprego a nível local; o programa Unidades de Inserção na Vida Ativa (UNIVA) (1992) para facilitar aos jovens a transição entre a formação e a vida ativa e os Clubes de Emprego (1993), orientados para ajudar os desempregados de longa duração na solução dos seus problemas de emprego.

Depois de algumas experiências anteriores, datadas do início da década de oitenta, é neste período que **avança e se generaliza a todo o país o Sistema de Informação e de Gestão da Área do Emprego (SIGAE)**, que reúne e disponibiliza informação sobre utentes e entidades, automatizando e melhorando o que se fazia manualmente em matéria de ajustamento entre a oferta e a procura de emprego.

Integração 1996/2000



Quiosque informativo eletrónico, participação do IEFP em Feira de Emprego, 1998.
Fotografia de José Carlos Garcia, GCRE.

Para
saber
mais



Na Europa, o Tratado de Amsterdão e o Acordo do Luxemburgo (1997) definem uma estratégia europeia para o emprego, desenhando objetivos europeus que se concretizam nos planos nacionais. Nasce a **Estratégia Europeia para o Emprego e o Plano Nacional de Emprego (PNE)** (1998), que a concretiza em Portugal. A empregabilidade, o espírito empresarial, a adaptabilidade e a igualdade de oportunidades são as traves mestras do PNE, que passa a constituir o grande chapéu onde se abriga a atividade do IEFP, nas suas várias dimensões.

Muitas das políticas públicas de emprego e formação estruturadas ao longo dos anos anteriores corporizam agora **medidas específicas de prevenção e combate ao desemprego**. Os estágios profissionais, medida reformulada em 1997, assumem uma particular expressão na transição dos jovens para a vida ativa, com impacto significativo junto dos candidatos e empregadores e um elevado retorno em termos de empregabilidade.

Em 1996, também no quadro das políticas ativas, nasce o **Mercado Social de Emprego (MSE)**, que procurava **responder às necessidades de (re) integração socioprofissional das pessoas desempregadas, como estratégia de combate à pobreza e exclusão social**, com base em atividades dirigidas a necessidades sociais não satisfeitas pelo mercado (apoio às famílias e escolas, valorização do património). Os programas ocupacionais e as iniciativas locais de emprego, que vinham de trás, são integrados no MSE; novos programas como as escolas-oficina (1996) ou as empresas de inserção (1998) são criados nesse âmbito. A atenção estende-se a novos públicos: desempregados de longa duração, toxicodependentes em recuperação, ex-reclusos, pessoas sem abrigo, beneficiários do rendimento mínimo.

Privilegiando a **intervenção precoce junto dos públicos**, os centros de emprego fazem agora planos individuais para cada pessoa inscrita, com vista a acompanhar e garantir o sucesso do seu percurso de inserção no mercado de trabalho. Nesse quadro, com prazos definidos, o serviço público de emprego compromete-se a encontrar uma resposta adequada de formação, reconversão, experiência profissional ou emprego.

A **Formação Profissional** acompanha este caminho de **individualização de soluções** e de aproximação aos diferentes públicos e às suas necessidades e interesses. A criação de uma oferta formativa assente em **“módulos”** permite a construção de **percursos de formação flexíveis** e proporciona aos formandos as condições para gerirem os seus próprios processos de formação.

No plano do **empreendedorismo**, nasce o **Programa Rede** (1997), que disponibilizava consultoria, formação e apoio à gestão das pequenas empresas, em todo o país. Nascem também, nas várias regiões, os **Centros de Apoio à Criação de Empresas (CACE)** (1998), que prestam apoio aos empresários, na criação e desenvolvimento dos seus negócios.

Pioneiro da modernização da Administração Pública, o IEFP **generaliza o uso do SIGAE**, informatizando a gestão da informação da área do emprego e está presente na primeira loja do cidadão, criada em Lisboa, em 1999.

Viragem 2000/2010



Curso Tecnologias de Informação e Comunicação Multimédia,
Centro de Reabilitação Profissional de Gaia, 2007.
Autor não identificado.

Para
saber
mais



O ano **2000** é marcado pela adoção, por parte do Conselho Europeu, da **Estratégia de Lisboa**, subordinada ao lema “Mais e melhor emprego”. As prioridades para a política europeia de emprego passam pela redução das lacunas de formação e a melhoria da empregabilidade, a **Aprendizagem ao Longo da Vida (ALV)** como uma componente básica do modelo social europeu, a **promoção do emprego nos serviços** e de todos os aspetos da **igualdade de oportunidades**. Em 2001, todos os Parceiros Sociais assinam um *Acordo sobre política de emprego, mercado de trabalho, educação e formação*, onde assumem compromissos convergentes com a Estratégia Europeia para o Emprego. O **Plano Nacional de Emprego dá enquadramento às políticas de emprego e formação do IIEFP**.

No sistema de educação e formação, assinala-se o reforço da **qualificação de adultos** através de processos de **dupla certificação, escolar e profissional**, com a **criação dos primeiros centros de reconhecimento, validação e certificação de competências (CRVCC)**.

Em **2005**, é lançada a **Iniciativa Novas Oportunidades**, que visava fazer do nível secundário o patamar mínimo de qualificação da população portuguesa. Foi um período marcado pela diversificação de ofertas de educação-formação de dupla certificação escolar e profissional, dirigidas a jovens e a adultos, e pela consolidação do RVCC, agora numa ampla rede de Centros Novas Oportunidades, enquanto porta de entrada para percursos de qualificação.

Uma profunda **reforma da formação profissional** tem início em **2007**, enquadrada por novo acordo de concertação, que culminaria na criação do Sistema Nacional de Qualificações, constituído pelo **Quadro Nacional de Qualificações** e pelo **Catálogo Nacional de Qualificações**, como instrumento de regulação da oferta formativa certificada.

A emergência da crise económica, a elevada taxa de desemprego jovem e o envelhecimento demográfico exigem do IIEFP respostas adequadas:

a **Iniciativa Emprego 2009** faz coincidir políticas de promoção do emprego jovem com medidas de prolongamento da participação dos trabalhadores na vida profissional.

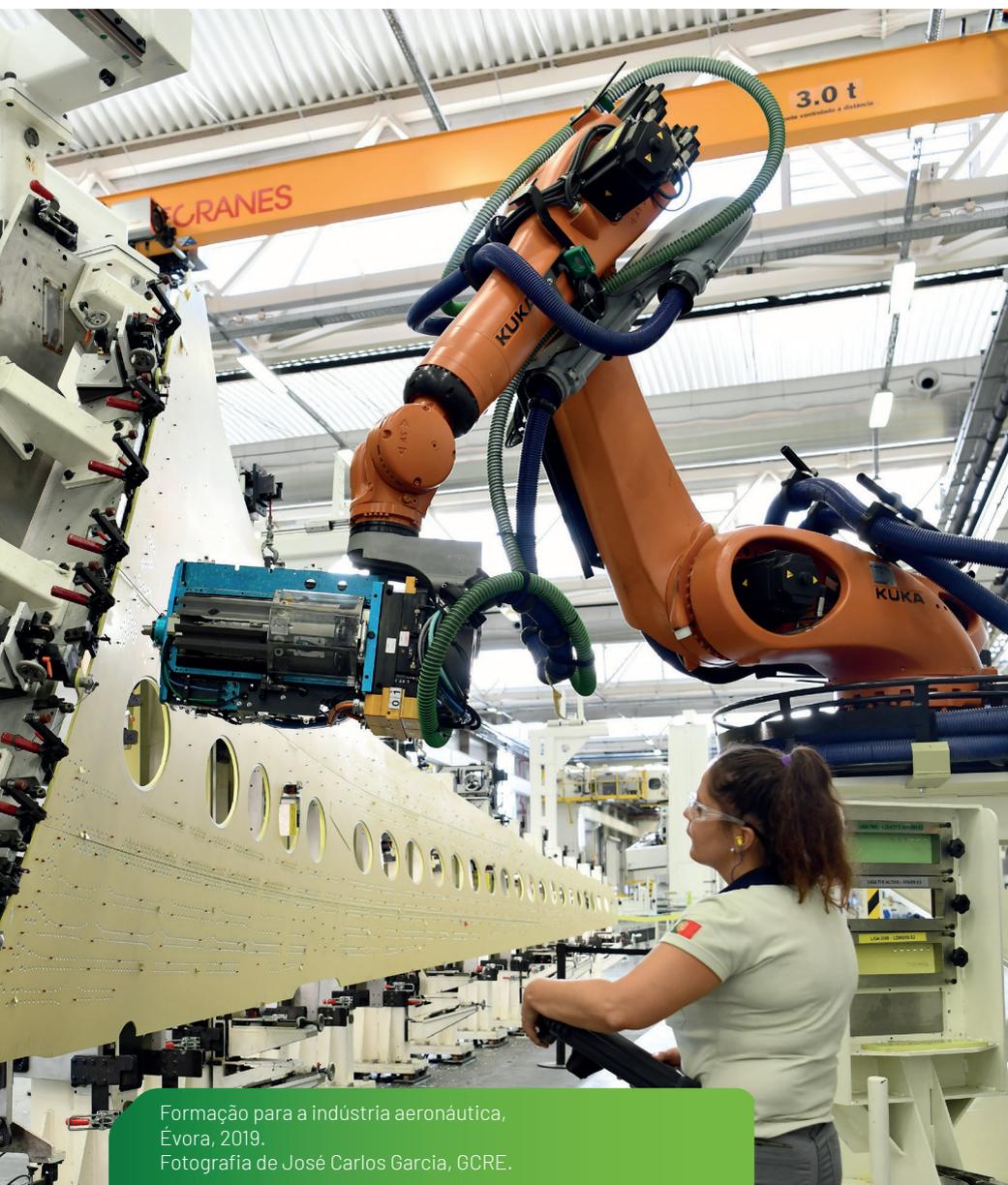
É criado o **Programa Qualificação Emprego**, assente em formações modulares para formação contínua e reconversão profissional. São reformulados os programas ocupacionais, dando origem aos Contratos Emprego-Inserção (CEI e CEI+). Inicia-se a intervenção no **Programa Nacional do Microcrédito** para a promoção da criação do próprio emprego. E surgem os **Gabinetes de Inserção Profissional (GIP)** enquanto estruturas complementares do IIEFP, numa lógica de aproximação aos desempregados.

No plano da **Reabilitação**, caminha-se para a construção de percursos de inserção diferenciados em função das necessidades de cada uma das pessoas, com o apoio do **Programa Constelação**.

No que respeita ao **Artesanato**, assiste-se à regulamentação do **estatuto do artesão e da atividade de produção artesanal**, há muito reivindicada pelos operadores e em que o IIEFP tem um papel determinante. Com uma longa tradição de **cooperação com o espaço lusófono**, que se prolonga até hoje, nesta década o IIEFP participou ativamente em vários projetos de apoio à construção de centros e ao desenvolvimento de formação profissional, em Angola, Cabo Verde, Moçambique, S. Tomé e Príncipe e Timor.

Em 2005, o IIEFP põe em funcionamento o **Sistema de Gestão da Formação (SGFOR)**, que **coloca em rede e permite a gestão dos serviços de formação profissional**. Segue-se o **NetEmprego**, que permite o acesso online aos serviços de emprego. A criação da **Comissão de Recursos** é também um marco de modernidade – os recursos dos desempregados subsidiados passam a ser analisados por uma **estrutura independente do IIEFP**, o que garante maior isenção das decisões e abre ao escrutínio externo a sua atividade.

Participação 2010/2019



Formação para a indústria aeronáutica,
Évora, 2019.
Fotografia de José Carlos Garcia, GCRE.

Para
saber
mais



O aprofundamento da crise económica e financeira conduziu à **intervenção externa**. Em 2011 é assinado o memorando de entendimento entre o Governo e a Troika. O País vive um **período muito difícil de ajustamento**, marcado pela desvalorização interna do fator trabalho e por elevados níveis de desemprego. O IEFP intervém, em várias frentes, contribuindo para minimizar o impacto da crise nas pessoas, nas famílias e nas empresas.

Criam-se ou reformulam-se medidas de promoção do emprego para jovens e adultos para responder ao desemprego crescente, que chegou a atingir, em 2013, um nível sem precedentes. É aprovado o **Plano Nacional de Implementação de uma Garantia Jovem**, na sequência de uma Recomendação do Conselho, para responder ao agravamento da situação do desemprego jovem. Incentiva-se a formação profissional, designadamente através da **medida Vida Ativa**, com o objetivo de manter em atividade as pessoas desempregadas, melhorando os seus conhecimentos e competências e facilitando a sua reinserção profissional. Os fundos comunitários revelaram-se essenciais para atenuar os efeitos da crise sobre a coesão social e territorial do País.

A recuperação da crise trouxe outros e novos desafios ao IEFP. O desemprego iniciou uma rota decrescente sustentável, atingindo os níveis mais baixos da democracia. Porém, é urgente continuar a formar as pessoas, desempregadas ou empregadas, e a certificar as competências dos trabalhadores sem qualificação formal. Para tanto, é lançado o **Programa Qualifica** que reúne um conjunto de instrumentos destinados ao **reforço das qualificações dos adultos e ao seu reconhecimento pelo mercado de trabalho**. O IEFP é chamado a prover novas competências, das soft skills às competências digitais.

Reforça-se a ligação às empresas e o IEFP renova o seu papel no mercado de trabalho enquanto mediador entre a oferta e a procura, atuando no desígnio de **captação de investimento estrangeiro para criação de empresas e de emprego no país**. Promover o emprego estável e digno e **combater a precariedade**, adaptando

para esse fim as medidas e apoios à contratação e ao emprego, tem constituído um objetivo maior dos últimos anos.

A atenção aos **públicos socialmente mais vulneráveis** tem sido uma constante da missão do IEFP, que se materializa em majorações dos apoios das medidas de emprego. Essa **discriminação positiva** ocorre por vezes em favor de territórios desfavorecidos ou em risco de despovoamento, ou em situações de sub-representação de género em determinada profissão, numa lógica de promoção da igualdade e da não discriminação.

Com uma longa tradição nos **Campeonatos Internacionais das Profissões**, de que Portugal foi país fundador em 1950, o IEFP é membro ativo da WorldSkills Europe e da WorldSkills International. Nestes 70 anos de presença ininterrupta, 743 jovens portugueses participaram nas competições internacionais, trazendo para casa cerca de 260 medalhas, o que revela bem a qualidade da nossa formação profissional. O IEFP organiza os **campeonatos nacionais das profissões**, onde são selecionados os participantes para as competições internacionais e assume a representação portuguesa nas mesmas.

Sempre precursor da modernização administrativa, o IEFP põe em marcha a medida **Simplex +** designada **Balcão Único do Emprego**. É assim reforçado o **canal online**, com a criação do iefponline, passando a estar disponíveis em modo digital novos serviços de emprego e formação profissional dirigidos às pessoas e às empresas. No mesmo sentido, é reforçado o **canal presencial**, com a criação de novas metodologias de atuação dos serviços de emprego e o novo modelo de acompanhamento personalizado para o emprego. A **plataforma Eures**, que permite a ligação ao mercado de trabalho europeu e o **Vi@S**, portal da orientação profissional, sedimentaram-se, constituindo poderosos instrumentos de atuação.

Pandemia e recuperação (2019 até ao presente)



Formação a distância durante a pandemia, 2020.

Simulação de José Carlos Garcia, GCRE sobre fotografia Adobe Stock.



Nos últimos anos o mundo sofreu mudanças súbitas e radicais, que obrigaram o país a ativar respostas imediatas. **O IIEFP teve de se reinventar diariamente**, mobilizando os seus recursos humanos, capacidade técnica e meios financeiros, para responder às necessidades das pessoas, empresas e setor social e cumprir a sua missão.

Acontecimento ímpar, **a pandemia** obrigou, de um dia para o outro, a uma reorganização e reconfiguração dos serviços, a desenhar novas medidas de apoio e incentivo de carácter extraordinário, que de imediato foram operacionalizadas no terreno. Apoiar a manutenção de postos de trabalho, reforçar a qualificação dos trabalhadores, apoiar a retoma progressiva de atividade e a normalização da atividade empresarial, a par do reforço de emergência de equipamentos sociais e de saúde, para apoiar a resposta das instituições públicas e do setor solidário, inscreveram-se no conjunto mais amplo de luta contra as consequências económicas e sociais da pandemia.

Para resposta mais célere, os serviços potenciaram os meios tecnológicos à sua disposição, passando a interagir com os cidadãos de forma virtual, não só no atendimento, como na **formação a distância** que, impulsionada pela crise sanitária, ganhou espaço e se impõe hoje como um meio indispensável para a realização dos objetivos de qualificação dos públicos do serviço público de emprego e formação.

Também a **guerra na Ucrânia** foi um acontecimento inesperado, que levou ao rápido desenho e execução no terreno de medidas para apoiar as pessoas deslocadas e a sua proteção temporária, bem como a aprendizagem do Português como língua de acolhimento, e a integração no mercado de trabalho.

O curso do mundo desenha outras **transições**, que já se antecipavam, nos planos **digital, verde e social**. Mudanças profundas na economia e sociedade impõem respostas ativas da governação e dos serviços públicos, com programas e medidas específicos – como é

o caso do **Green Jobs**, que visa a formação profissional e a requalificação de trabalhadores de entidades empregadoras afetadas pelo aumento dos custos de energia, e também de desempregados, no âmbito da aceleração da transição e eficiência energética ou do **UPskill**, programa de requalificação profissional para as tecnologias digitais, destinado a pessoas desempregadas ou em subemprego, para obtenção de formação intensiva em instituições de ensino superior, seguida de integração no mercado de trabalho ou ainda do **PRO_MOV**, um programa de formação para a requalificação de profissionais para o emprego.

A criação de **centros de formação profissional de gestão participada**, com ligação a parceiros da sociedade civil, vem também responder às mudanças estruturais: o CESAE digital - Centro para o Desenvolvimento de Competências Digitais, o Centro Protocolar para a Transição Energética, o Centro de Formação para a Economia e Inovação Social e o Centro de Competências para o Envelhecimento Ativo são exemplo dessa resposta, a par da adaptação dos demais centros de formação participada e de gestão direta aos desafios das transições em curso e ao desígnio da inclusão de todos e todas na formação profissional e no mercado de trabalho. O Programa de Recuperação e Resiliência constitui uma pedra angular para o financiamento destes investimentos, fulcrais para a valorização e atratividade da formação profissional.

Também apoiado pelo PRR, o **Compromisso Emprego Sustentável** vem apoiar a contratação sem termo, respondendo também por esta via a outros desafios estruturais do mercado de trabalho português, ao promover o emprego dos jovens e estimulando a melhoria generalizada dos salários.

O **envelhecimento da população ativa** e a necessidade de **atrair pessoas para trabalhar em Portugal** tem constituído outra linha importante de atuação do IIEFP, em ligação com outros operadores públicos, em que se cruza a dimensão do acolhimento e inclusão social, com a da integração no mercado de trabalho.



Mensagem da Ministra do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social

O 25 de Abril não é uma utopia.

É uma esperança concretizada que mudou vidas ao longo de 50 anos. Na igualdade entre Homens e Mulheres no trabalho, nas qualificações, na valorização dos Trabalhadores, na inclusão, na proteção social.

O Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social associa-se às comemorações nacionais dos 50 anos do 25 de Abril com um vasto programa, que se pretende abrangente e, ao mesmo tempo, convergente.

Abrangente pela escala e importância que políticas públicas na esfera deste Ministério têm assumido na construção da Democracia. O Estado Social, nas suas múltiplas dimensões, é uma das maiores conquistas deste meio século da nossa vida coletiva.

Convergente porque queremos envolver, nesta grande celebração, todos e cada um dos que contribuem diariamente para a concretização e o aperfeiçoamento de uma missão de serviço público, através da qual procuramos construir uma sociedade mais justa e inclusiva.

O Instituto do Emprego e Formação Profissional apresenta a iniciativa *50 anos de políticas de emprego e formação profissional*, que se desdobra nas diversas áreas de intervenção e mostra todo o caminho percorrido.

A Democracia trouxe-nos um país mais qualificado, mais capaz de enfrentar os desafios, mais justo, menos desigual, mais solidário.

Este é um caminho que nos orgulha, mas que na escala da História é apenas o começo. Comemorar o 25 de Abril convoca-nos em permanência e responsabiliza-nos fortemente perante o Futuro e as novas gerações.

Que saibamos todos continuar a trabalhar com força e determinação para consolidar a Democracia e projetar Portugal como melhor país para nascer, viver e trabalhar.

Ana Mendes Godinho

Ficha Técnica:

50 anos de políticas de emprego e formação profissional

Organização e Produção

Instituto do Emprego e Formação Profissional, I.P.

Direção

Gabinete de Comunicação e Relações Externas (GCRE)

Produção de Conteúdos

Coordenação de Cristina Rodrigues

Colaboração de Jorge Amaro, José Manuel Castro e Luísa Falcão

Apoio de Filomena Sousa e Elsa Castanheira

Produção Executiva

Rui Reis e José Carlos Garcia (GCRE)

Direção de Serviços de Sistemas de Informação

Design e Impressão

Grupo Bigup | LouresGráfica

Fotografias

José Carlos Garcia (GCRE), Autores não identificados e Adobe Stock

Tiragem

5000 exemplares

Edição

maio de 2023

Agradecimentos

A todos os colegas que participaram com as suas sugestões e comentários, fotografias e material escrito, com uma palavra especial a Celina Galdes e Maria do Carmo Godinho pelo apoio dado.

Ao Prof. Albano Braga (Metalúrgica Progresso) que cedeu fotografias dos primeiros cursos de formação desenvolvidos naquela empresa.

Ao CINEL, Centro de Formação Profissional da Indústria Eletrónica, Energia, Telecomunicações e Tecnologias de Informação, ao seu diretor Dr. Octávio Oliveira e ao diretor adjunto, Eng.º Raúl Cordeiro, pela colaboração na criação dos QR Codes.



MINISTÉRIO
DO TRABALHO,
SOLIDARIEDADE
E SEGURANÇA SOCIAL



INSTITUTO DO EMPREGO
E FORMAÇÃO PROFISSIONAL